



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

*Discurso em audiência concedida aos
representantes da Federação Nacional do
Comércio Varejista de Combustíveis e de
Lubrificantes*

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 11 DE FEVEREIRO DE 1998

Senhor Ministro Dornelles; Senhor Gil Siuffo, Presidente Nacional; Senhores Presidentes de sindicatos varejistas; Senhoras e Senhores,

Realmente é, para mim, uma emoção ver que um trabalho feito lá atrás, há muitos anos, como Senador, acabou frutificando e veio na direção certa, ou seja, nós estamos promovendo amplas mudanças no Brasil. Mas essas amplas mudanças são no sentido de fortalecer a estrutura básica da economia brasileira, que não pode ser confundida com a existência de algumas poucas empresas que, por importantes que sejam, sozinhas, não são capazes de estruturar um país do porte do Brasil.

Se não fosse essa capacidade que temos, hoje, de distribuir as atividades econômicas numa multiplicidade imensa de atividades, como é o caso dos distribuidores de petróleo, não teríamos a possibilidade de, realmente, sacudir o País de maneira positiva.

Enganam-se os que pensam que o capitalismo atual é o capitalismo das grandes corporações. É sim. Mas é, também, o capitalismo que ou se democratiza, ou se estiola. A democratização exige essa tensão permanente para evitar a concentração.

Foi por essa razão, motivado por esses mesmos argumentos, que, lá atrás, tratei de regulamentar a medida da Constituição de tal maneira que impedisse a concentração. E vejo que isso deu resultado. E resultado que está sendo multiplicado em outras atividades. O Ministro Dornelles tem sido muito ativo em vários outros setores, sempre com esse mesmo propósito de aumentar a nossa capacidade de chegar às raízes mais vivas da nossa sociedade, com as atividades econômicas, e de prestigiar a atividade do pequeno, do médio empresário e do microempresário.

O esforço feito pelo conjunto do Governo na questão do Simples foi nessa direção. Na direção de permitir que haja uma redução da carga tributária para aqueles que precisam, efetivamente, de um apoio, para que possam desenvolver de maneira mais adequada, por serem os que mais dão emprego. Os senhores são exemplo vivo disso. São empregadores em grande quantidade. E o Brasil precisa exatamente disso, da nossa capacidade de absorver a população brasileira nas atividades econômicas.

O Doutor Gil mencionou, há pouco, o esforço que nós estamos fazendo de remodelação da atividade econômica brasileira e citou alguns exemplos, notadamente no campo do petróleo, como a criação da Agência Nacional de Petróleo, o que estamos fazendo em outros ramos da atividade também. Por quê? Porque, no momento em que se privatiza, é preciso evitar o monopólio privado. E é preciso evitar que o controle pelo setor privado de uma área de atividade seja em detrimento do interesse do consumidor. Essas agências têm o objetivo de salvaguardar o interesse público.

Essa mudança de estrutura do Estado não pode ser pensada como se o Estado abdicasse da sua responsabilidade precípua, que é a de responder perante a sociedade pelo interesse público. Vamos fazê-lo de outra forma. Não o faremos como foi feito até agora, através de monopólios de produção estatal e controle burocrático. Mas tão pouco vamos deixar que isso se faça através de monopólio do setor privado, sem controle por parte do Governo, em termos dos interesses nacionais. Esse controle far-se-á, como a partir de agora, nessas agências, trazendo a sociedade para o debate das questões, fazendo audiências públicas,

discutindo diretamente com elas e evitando que haja a partidarização das decisões de governo.

Essas agências não são agências que respondam, de forma imediata, a um governo. Elas respondem ao Estado brasileiro e ao interesse da população. Daí porque seus representantes têm mandato aprovado pelo Senado da República, o que lhes dá uma garantia para que eles possam exercer a função fiscalizadora, indutora e controladora de maneira independente dos interesses menores que, por ventura, possam existir, mas não independente dos interesses do Governo, no sentido de ver quais são os alvos que nós desejamos alcançar, que nós desejamos atingir.

Assim como se está fazendo nesta área, estamos fazendo em várias outras áreas do Estado brasileiro. Estamos mudando a estrutura do Estado, sempre nessa mesma linha. Não quero dar mais exemplos nas áreas sociais, mas haveria também na saúde, na educação. O movimento é o mesmo, na mesma direção.

Também me apraz repetir, reiterar o que foi dito aqui. O Brasil recobrou a sua capacidade de investimento: 14% de formação bruta de capital fixo. Agora, 17,5% já, não é? E vamos ter que perseguir mais, porque nós temos que chegar a 20, 22, 25%, para que possamos, efetivamente, então, ter uma economia sustentada e que continue crescendo.

Nos estudos recentemente publicados no Ministério da Indústria e do Comércio sobre a disposição de aplicação de investimento, vê-se que, até o ano 2000, são centenas de bilhões, 128 bilhões de reais – até o ano 2000, quer dizer, daqui a muito pouco tempo – de investimento novo, só na área industrial, sem mencionar serviços, sem mencionar a área de agricultura, infra-estrutura.

Na área de infra-estrutura, nós estamos fazendo, efetivamente, uma transformação global do Brasil. Eu, daqui a poucos dias, vou a Recife para assistir à assinatura de protocolo de entendimentos, que vai levar adiante um sonho da região nordestina, especificamente de Pernambuco, mas que alcança tanto a Bahia quanto o Ceará, que é a Transnordestina, que vai fazer as ligações dos eixos necessários para que uma rede ferroviária possa levar a produção até o porto de Suape. Porto esse que está sendo feito também no meu governo, para não mencionar outros

portos, como o porto de Pecém, lá no Ceará, que também está sendo feito neste período.

E devo dizer que, recentemente, estive no Ceará e eu próprio fiquei surpreso, positivamente, quando o Governador Tasso Jereissati enunciou as obras fundamentais de infra-estrutura que nós estamos fazendo no Ceará: o linhão de Tucuruí, que pega também o Pará, o porto de Pecém, um novo açude chamado Castanhão, que é três vezes maior que Orós, a articulação dos vários açudes que lá existem e assim por diante. Uma série de obras que marca uma nova fase, uma nova fisionomia do Ceará.

Ontem, recebi o Governador do Rio Grande do Norte, que me ouviu discorrer sobre a Bahia, sobre o Ceará, sobre Pernambuco. E ele disse: "E o Rio Grande do Norte? O senhor não sabe de cor?" E começou a me dizer o que nós estamos fazendo lá, que são mil quilômetros de adutoras de água para o Sertão. Em pouco tempo, segundo a opinião do Governador, o Rio Grande do Norte não terá mais o problema do carro-pipa e da seca, porque obras que estavam paralisadas há 50 anos nós retomamos. E não é só no Rio Grande do Norte. Retomamos em várias regiões, em vários estados do Nordeste.

Não vou cansá-los enunciando outros programas mais, como o gasoduto, que já está em marcha, levando gás da Bolívia a São Paulo e ao Sul; a maior obra viária que se faz hoje no continente, que é a duplicação da Fernão Dias, que vai de Belo Horizonte e termina em Osório, no Rio Grande do Sul. De São Paulo, segue pela BR-101 para o Sul e há também a BR-116 para o Rio. É a maior obra que está em marcha. Da mesma maneira, aqueles que viajam pelo interior, na direção oeste, vão ver que a BR-374, que era uma estrada absolutamente necessitada de reparos, está em funcionamento. E nós estamos fazendo milhares de quilômetros de recuperação de vias.

Claro que tudo isso leva tempo para se concretizar, requer um empenho muito grande. Mas nós estamos fazendo um novo Brasil, efetivamente, em termos de estrutura. Estamos redesenhando a geografia econômica do Brasil, através de hidrovias, através de fontes de energia e por aí vai.

De modo que eu fico muito contente de ver que se percebe que estamos, realmente, criando um novo Brasil. E mais contente ainda, ao ver

que esse novo Brasil é composto por gente que tem essa capacidade de ter, segundo o Ministro, pelo menos – se fosse a média, mas não é bem assim – cinco postos em cada cidade de cada município brasileiro. Há alguma concentração, há alguns que têm mais, mas não há município que não disponha de um posto de gasolina, de um posto de serviço. De modo que isso é o sinal vivo de um Brasil pujante, que vai para frente.

Parabéns aos senhores por participarem deste momento de transformação do nosso país, com o entusiasmo que eu vejo aqui presente.

Muito obrigado.